

Os sócios da crise

O BRASIL conseguiu sair do autoritarismo apesar da crise econômica em ascensão. E apesar da persistência da crise está conseguindo avançar no seu processo de reintegração democrática.

ESSA compatibilidade, entretanto, não deve ser estimada em termos absolutos. Há um momento em que a dinâmica política precisa deixar suficiente espaço de manobra para a estratégia de ajustamento econômico, da mesma forma que a exacerbação eventual dos desequilíbrios da economia cria ameaças potenciais à normalização e à consolidação do regime.

NO CENÁRIO político brasileiro deste momento há uma série de questões extravagantes e ex-crescentes postas em foco que só podem funcionar contra os interesses da própria retomada democrática e também contra os objetivos da política econômico-financeira voltada para a debelação dos grandes focos da crise e a conseqüente reposição dos fatores do desenvolvimento.

ORA, não se deve apenas exigir do Governo que tenha um programa econômico uniforme, coerente, bem concatenado, sem conflitos internos, sem orientação dualista e ambígua. Em contrapartida, o Governo necessita de clima propício à execução de suas diretrizes e dos seus projetos. Do contrário, a orquestração afinada da

política econômica ficará à míngua da necessária câmara de ressonância.

CHEGA-SE ao absurdo de trazer para o centro dos acontecimentos o problema da sucessão presidencial, e não somente aquela sucessão antecipada da teimosa doutrina legitimista do Governador Leonel Brizola. As especulações extrapolam desse campo hipotético e consideram mesmo o prazo normal de mandato do Presidente José Sarney, já não faltando versões quanto à movimentação efetiva de pedras táticas no superprematureo xadrez sucessório jogado pelos campeões da sofreguidão e da ambição política desvairada.

FALAR-SE da sucessão presidencial de 1988 quando o País se encaminha para a Constituinte de 1986-1987 parece, realmente, uma conversa de alienados. A Constituinte vai ser o divisor de águas do futuro institucional brasileiro. Em tese, pelo menos, os seus poderes de criação e reforma não conhecem limites, salvo os do resguardo da Federação e da República.

A CONSTITUINTE redesenhará o Brasil política, ideológica, social, econômica e culturalmente. Portanto, como especular sobre candidatos à sucessão do Presidente José Sarney antes dessa definição essencial? Que perfil de candidatura se ajustará ao futuro figurino constitucional e ao mode-

lo de Brasil concebido e traçado pelos constituintes?

SÃO EXERCÍCIOS, como se vê, em torno do vazio, e no entanto produzem conseqüências concretas de caráter negativo em relação aos desafios do presente. Gera-se um clima de transitoriedade, de instabilidade, dentro do qual fica difícil convocar a sociedade brasileira para as atitudes de colaboração e confiança.

A QUESTÃO sucessória em todo caso ainda está na base da especulação, mas concretos e próximos são por exemplo os riscos do projeto de emenda constitucional que dilata para um ano o prazo de desincompatibilização dos Ministros e outras autoridades executivas que pretendam candidatar-se à Constituinte. Tratando-se o Governo da Nova República de um Governo de políticos, a aprovação pelo Congresso da iniciativa mesquinha resultaria numa derrubada em massa na recente construção ministerial e na estrutura dos segundos e terceiros escalões federais, além de abalar praticamente a totalidade dos governos estaduais e muitos municipais.

CURIOSAMENTE, a própria classe política estaria condenando o Governo a convocar novamente os tecnocratas para funções-chave do Executivo, premiando a sua despreocupação com as urnas e o seu descompromisso com o reordenamento institucional do País.